



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. N. de 08/06/1995
3.	
4.	
5.	
6.	
	Rubrica

Processo nº

11065.000794/91-10

Sessão de :

05 de janeiro de 1994

ACORDADO Nº 201-69.169

Recurso nos :

88.332

Recorrente:

SOMODA HOMEM LTDA.

Recorrida :

DRF NOVO HAMBURGO - RS

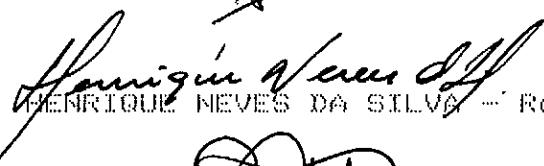
DCTF - APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA, FORA DE PRAZO.
Descabe aplicação de multa, nos termos do art. 138
do Código Tributário Nacional. Recurso provido.

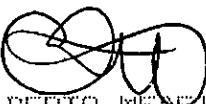
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
de recurso interposto por **SOMODA HOMEM LTDA.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo
Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar
provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1994.


EDISON GOMES DE OLIVEIRA - Presidente


HENRIQUE NEVES DA SILVA - Relator


CARLOS ALBERTO MENEIROS COELHO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 10 NOV 1994 à Drª CARMEM LÚCIA
M. DA SILVA, ex-vi da Portaria PGFN nº 638, DO de 07/11/94.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO
DE AZEVEDO MESQUITA, SERGIO GOMES VELLOSO, SELMA SANTOS SALOMÃO
WOLSZCZAK e SARAH LAFAYETTE NOBRE FORMIGA (Suplente).

fclb/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no: 11065.000794/91-10
Recurso no: 88.332
Acórdão no: 201-69.169
Recorrente: SOMODA HOMEM LTDA.

R E L A T O R I O

À contribuinte acima identificada foi devidamente intimada a recolher a multa no valor de 152,51 BTNF, por não ter apresentado a DCTF (Declaração de Contribuições e Tributos Federais) referente aos períodos de apuração: janeiro a agosto/87. A base legal da intimação é a seguinte: parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968/82, com a redação dada pelo art. 10 do Decreto-Lei nº 2.065/83, observadas as alterações do art. 27 da Lei nº 7.730/89, e do art. 66 da Lei nº 7.799/89.

Tempestivamente, foi apresentada impugnação (fls. 01/05), onde, em síntese, aduz que:

a) na época prevista para a entrega do documento, as livrarias encontravam-se sem formulários para suprir a demanda, razão pela qual a requerente apresentou a declaração após o prazo legal;

b) ocorre a exclusão da punibilidade quando a contribuinte autodenuncia;

c) a entrega da declaração, ainda que fora do prazo, representa o cumprimento da obrigação fiscal pela contribuinte;

d) a defendente é contribuinte regular de impostos, nunca deixando de cumprir com suas obrigações fiscais.

A autoridade julgadora de primeira instância (fls. 18/21) julgou improcedente a impugnação, ementando assim a decisão:

"IMPUGNAÇÃO DA EXIGÊNCIA"

É devida a cobrança de multa quando constatado que o contribuinte efetuou entrega da DCTF com atraso, cumprindo-se manter o lançamento efetuado pelo Fisco.

"IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE"

Inconformada, a empresa interpôs recurso tempestivo a fls. 23/27 alegando basicamente as mesmas razões de defesa constantes da impugnação, enfatizando que a punição fiscal imputada representa pesado ônus, tendo em vista suas condições financeiras e patrimoniais.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 11065.000794/91-10
Acórdão no 201-69.169

59

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HENRIQUE NEVES DA SILVA

Entendo aplicável ao caso a norma do art. 136 do Código Tributário (Lei nº 5.172/66), segundo a qual a responsabilidade por infração é excluída pela denúncia espontânea desta.

Não há notícia, nos autos, de iniciativa fiscal tendente a apurar a falta de entrega da DCTF, a qual foi espontaneamente à repartição fiscal. Não há, pois, de aplicação de multa, atenta à norma legal citada.

Voto, portanto, pelo provimento do recurso, como alias vem decidindo iterativamente este Conselho, em casos da espécie.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1994.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Henrique Neves da Silva'.
HENRIQUE NEVES DA SILVA